

---

SÉRGIO LOPES

Faculdade de Economia  
da Universidade do Porto

---

## Os Portugueses e as Metamorfoses do Racismo em França

---

343

*O âmbito social e o significado político do racismo têm vindo a atingir dimensões consideráveis em França, dimensões aliás já conhecidas no período entre as duas guerras. Mas em que medida a nossa comunidade naquele país estará protegida pela sua "invisibilidade" e pela polarização dos conflitos em torno dos norte-africanos?*

*E como eram vistos os cinquenta mil portugueses recenseados em França em 1931, numa altura em que a nossa emigração era composta massiva-*

*mente de homens sós, reconhecida-mente não qualificados e com assinalável falta de robustez física?*

*Tenta-se neste artigo dar resposta a estas perguntas, retomando dados de um estudo anterior às lutas dos maghrebinos contra a dominação colonial francesa. Apesar de ter sido uma luta sangrenta, que atingiu ambos os lados do mediterrâneo, seguiram-se-lhe novas vagas emigratórias para França, desta vez de estrangeiros e de inimigos recentes.*

**L** não sei onde um "Witz", isto é, uma pequena história de humor judaica, em que se conta que, tendo uma mulher acusado a vizinha de lhe ter estragado uma chaleira que lhe emprestara, esta teria respondido: "Em primeiro lugar, não te estraguei a chaleira. Em segundo lugar, não ta pedi emprestada". A estrutura desta resposta aplica-se ao preconceito racial. Porque, em primeiro lugar, é um preconceito que, como todos os preconceitos, se baseia em estereótipos redutores. Em segundo lugar, porque, se os limites das etnias já são difíceis de estabelecer, as fronteiras raciais ou as próprias raças, segundo a maioria dos autores, nem sequer existem. O que não impede que surjam perante nós como evidências à procura de um autor e de um objecto de conhecimento, não sendo também um obstáculo a que essa concepção a que chamamos racismo possa até funcionar, produzir efeitos, sem precisar mesmo da noção de raça: basta-lhe um conceito de cultura suficientemente naturalizado ou uma reificação da noção de "identidade". Uma e outra coisa são perfeitos equivalentes funcionais do conceito de "raça" que, segundo uns, aparece em Itália como sinónimo

de distinção social e, segundo outros, se forma em Espanha na sequência de um processo de exclusão social do elemento judeu ou do negro escravizado na América (Flem, 1985; Poliakov, 1955; Tolentino, 1984).

Mais: a hierarquia social que o racismo supõe (não discutirei aqui a pertinência da distinção anglo-saxónica entre racismo e racialismo) pode estabelecer-se com maior ou até menor subtileza através do elogio da diferença tomada como absoluta e aplicada mais a colectivos do que a indivíduos (Taguieff, 1987; Balibar e Wallerstein, 1988; Wieviorka, 1991).

Face a esta ubiquidade funcional da ideia de raça, poderemos mesmo interrogar-nos sobre se, como afirma P. Bourdieu, não existe um único racismo mas tantos racismos quantos “os grupos que têm de justificar o facto de existirem”. Tal seria o caso daquilo a que o autor chama “racismo da inteligência”, do sexismo, dos preconceitos de classes e de toda a reacção premeditada ou não contra o que é alógeno, podendo ou não pretender-se legitimar dominações ou formas de opressão. E aqui existem de facto não só analogias de funcionamento como cumplicidades, complementaridades ou jogos de compensação. Mas, por isso mesmo, porque os preconceitos só exercem as suas analogias na teia das suas próprias especificidades, será de evitar a tentação da sua igualização.

Pode pôr-se uma questão de certo modo inversa: com efeito, o que se designa como preconceito racial molda-se de acordo com certos processos de estigmatização que, como diz E. Goffman, têm como função “suscitar o apoio à sociedade (leia-se, talvez, aos seus poderes constituídos) por parte daqueles que ela não apoia” e adscrever cada um e cada grupo a uma certa posição (ou a um certo canto) dentro do todo social, garantindo ao grupo “estigmatizado” que ele participa nesse todo, embora, simultaneamente, seja ou deva ser diferente para certos efeitos de (des)classificação (Goffman, 1975). Ora, sendo os processos de estigmatização tão diversos, não será que a palavra “racismo” (vamos pô-la por um momento entre aspas) tem conteúdos muito diferentes quando aplicada ao caso de um judeu que, por hipótese, pertence a um meio influente e ao caso de um operário negro precarizado? É um facto que os referidos processos de estigmatização variam consoante o próprio estigma, que por sua vez pode referir-se ou não a um fenotipo. E aqui o conceito de fenotipo pode englobar

múltiplas facetas: cor de pele, mas também o vestuário, a gestão do corpo e todas as formas de expressão no sentido lato: verbais ou não verbais. No limite, o traço pertinente pode ser mesmo apenas metonímico, como por exemplo a referência a uma saudação, a um ritmo musical ou algo que possa ser vivido como alógeno.

Mas, sem desprezar a complexidade e a heterogeneidade dos processos de racialização ou etnicização estigmatizante, há desde já que sublinhar os laços de complementaridade que se evidenciam sempre entre o anti-semitismo e todas as formas de hostilização de etnias consideradas minoritárias quando o “racismo” se apodera de sectores significativos da população (1). Não significa isto que não haja também uma forte interacção entre o racismo e outros preconceitos (sexistas ou de classe, por exemplo), mas o “racismo” (basta comparar a sua temática ao longo dos tempos, desde o espectro da invasão territorial à conspiração antinacional) manifesta-se de facto como uma síndrome dotada de uma lógica e de homologias suficientes para que falemos dele no singular e, porque não, para que possamos frequentemente e ao mesmo tempo considerar o seu nicho “racial” como relativamente secundário: isto é, retiremos agora as aspas (Wieworka, 1991; Taguieff, 1987) (2).

Ora, se quisermos considerá-lo como um fenómeno que pode abranger largos sectores de uma população, os interessantíssimos estudos de E. Fromm sobre o medo à liberdade ou de Adorno sobre a personalidade autoritária são insuficientes, pois só nos dão indicações sobre predisposições e, se vêm no anti-semitismo um fenómeno de massas, não o encaram como um fenómeno massivo, isto é, inexplicável em termos meramente interindividuais (Adorno, 1950; Fromm, 1963). Encaremos agora o problema da articulação entre o racismo, as etnias e as classes sociais e seus confrontos.

Eis um tema que tem sido muitas vezes tratado no modo do evitamento ou da redução, com as consequências políticas e teóricas que hoje se tornam tragicamente

---

(1) Cf., no quadro 1, a evolução do anti-semitismo em França com o racismo antimagrebino. Quando o último atinge um nível de fortes repercussões políticas, o segundo, cuja dinâmica parecia anteriormente específica, sobe de maneira alarmante. Ver em Wieworka (1991) a discussão da questão da especificidade do anti-semitismo.

(2) Segundo Wieworka, existiram duas lógicas distintas na dinâmica do preconceito racial: a lógica de diferenciação (dominante no anti-semitismo) e a lógica de inferiorização (dominante no racismo antinegro e mais dependente do que a primeira, de uma estigmatização baseada em fenótipos). Neste artigo predomina o segundo caso, em rigor só analiticamente separável do primeiro.

patentes. Recentemente, I. Wallerstein (Balibar e Wallerstein, 1988 e Wallerstein, 1990) <sup>(3)</sup> abordou o assunto, tentando demonstrar como a faceta universalista do capitalismo não pode ser compreendida sem o reverso da medalha, isto é, a “eticização” da força de trabalho. O autor afirma que “a combinação do universalismo e da meritocracia (como base de legitimação do sistema pelos quadros e camadas intermédias do sistema) com o racismo-sexismo, como mecanismo destinado a estruturar a força de trabalho, funciona muito bem”. Para maximizar a nível mundial a acumulação do capital e minimizar os custos da produção e também os custos de perturbações políticas, o racismo seria uma “fórmula mágica”. Para o autor a etnicização pressupõe “uma hierarquia de profissões e remunerações proporcionada a certos critérios ditos sociais”.

Mas poderíamos ir mais longe recorrendo a outro tipo de análise um pouco menos economicista. Assim, poderemos desde já constatar que as classes dominantes sempre ansiaram por fenótipos ou formas de legitimação étnica ou racial onde estas estivessem disponíveis. Para não ir mais longe, lembremo-nos como em meados do séc. XVIII o conde de Boulainvilliers tentara demonstrar, perante a ameaçadora ascensão da burguesia, que a nobreza francesa descendia dos Francos, enquanto os plebeus provinham dos Gauleses. Podemos também observar que o conflito entre a burguesia e o proletariado em pleno séc. XIX estava em certo sentido profundamente “eticizado”. São, em França, as classes laboriosas equiparadas a classes perigosas (“*labourieuses-dangereuses*”) e as duas nações de Disraeli, em Inglaterra. O antagonismo de classes teve sempre um forte componente “cultural”, que tendeu durante muito tempo a cristalizar-se em verdadeiros “fenótipos” no sentido lato que atrás empregámos (Thompson, 1968). Por outro lado, a estratégia, implícita ou explícita, das forças dominantes foi sempre dúplice: por um lado tentam apoiar-se em fenótipos ou outros estigmas, por outro, tentam esbatê-los em certos momentos e conjunturas permitindo uma certa osmose ascendente para atenuar ou desmobilizar os dominados. Estratégia, aliás, muitas vezes completada pelo aproveitamento de “reais” (chamemos-lhe assim) diversidades étnicas (irlandeses em Inglaterra, bretões, “*auvergnacs*” e estrangeiros periféricos — belgas e italianos — numa primeira fase em França).

---

<sup>(3)</sup> Wallerstein talvez constitua o paradigma da visão económica e “funcional” do racismo.

Por outro lado, a rivalidade ou concorrência entre a mão-de-obra nacional e estrangeira (qualificada ou não) é tão antiga como o salariato. No segundo quadro anexo apresentamos uma lista de revoltas e greves contra a presença de estrangeiros em França, quadro extraído da obra de M. Perrot, *Les ouvriers en grève*.

Resumindo: a gestão da diferença foi sempre um elemento basilar na acumulação do capital, o que se torna ainda mais patente à escala mundial, e, sem a sua análise, escamoteamos mesmo uma faceta essencial da formação da sociedade capitalista industrializada. A dialéctica da distinção e o jogo das classificações de que nos fala, por exemplo, Bourdieu, nada tem de recente a não ser a sintomática reavaliação destes fenómenos. O que assenta mesmo em razões objectivas: os explorados e os dominados em geral tendem a escolher o eixo “igualdade” como referência mais eficaz em muitas conjunturas, até porque é o único eixo “universalizável”. Mas também é frequente que, em determinados momentos, os dominantes prefiram este pólo. A valorização do eixo “diferença” aparece, aliás, muitas vezes, mais como um complemento, como uma fonte de recursos simbólicos mobilizáveis na luta pela igualdade — que é sempre também uma luta pelo reconhecimento em sentido quase hegeliano — do que como uma reivindicação específica a longo prazo, embora aqui apareçam quase tantas excepções como regras.

Segundo K. Marx, a força de trabalho é uma mercadoria, mas uma mercadoria com propriedades económicas e simbólicas específicas. A propósito da forma valor e do feiticismo da mercadoria, ele diz-nos no Livro I do *Capital*:

...É o lado platónico da questão. Na realidade (um) fato não pode representar nas suas relações exteriores o valor sem que esse valor tome ao mesmo tempo a forma de fato.

Mas a mercadoria força de trabalho é para ele a única excepção a esta transformação; pois como nos explica adiante no capítulo sobre os “salários”, ela nunca pode manifestar-se sob a sua própria forma como valor. A força de trabalho como abstracção real só é representável sob a forma metonímica do chamado “valor do trabalho”. Quanto a esta figura cénica, o “valor do trabalho”, ela tem de se representar concretamente, inclusivé com roupagens étnicas: aqui existe um “requisito de figurabilidade” (“Rücksicht

auf Darstellbarkeit” em sentido freudiano). Quando um emigrante fala do “trabalho português” que fez erguer numerosas torres residenciais na área de Paris, nada obsta a que um autóctone, porventura até xenófobo, reconheça propriedades ao “trabalhinho português” e até veja uma espécie de “label” na especificação da nacionalidade dos trabalhadores.

Na década de 1920-30, ser-se racista ou anti-racista em França não era a mesma coisa que hoje. É certo que o trabalho continua tão “eticizado” como outrora, como ilustra aquela empresa de hotelaria que, respondendo a um inquérito dirigido por M. Poinard, diz desconhecer ao certo o número de estrangeiros que emprega mas tem, no entanto, uma “filosofia”: para lavar pratos utilizam-se negros; os empregados de limpeza, que devem saber ler, são argelinos; para ajudantes de contabilista e para a venda itinerante empregam-se tunisinos e para a confecção de comida recorre-se aos “amarelos”. Na construção civil em geral é patente uma hierarquia de nacionalidades: os argelinos podem, por vezes, ter qualificações e nesse caso são tipicamente operadores de gruas; mas o trabalho de pedreiro um pouco mais sofisticado irá preferentemente para o português, enquanto o chefe de “equipe” ou de estaleiro será, não raras vezes, um italiano que terá sido o “português” de outros tempos. É de notar que, a nível nacional, o “italiano” é até, entre o pessoal operário em sentido lato, mais qualificado em média do que o operário francês. Também na metalurgia a mesma hierarquia (não necessariamente correspondente às mesmas nacionalidades) reparte as “etnias” por funções específicas ou concentra-as em “ateliers” normalmente ligados à produção. No ramo automóvel, concentrar ou disseminar o mais possível as nacionalidades depende da direcção e, por vezes, até de contramestres, mas nada é deixado ao acaso. Se estas divisões significam uma dualidade ou não no mercado de trabalho tal como a teorizou Piore ou tal como outros a reformularam, isso depende da conjuntura e do tipo de inserção da dita “etnia”, do ramo de actividade, localização da empresa, possibilidade ou não de recurso a outras formas de precarização do trabalho, etc. Assim, se considerarmos que a linha de demarcação passa por possibilidades efectivas de uma carreira profissional, para os anos 70 (Weisz *et al.*, 1978; Piore, 1979) observa-se que a segmentação do mercado de trabalho reparte em dois grupos distintos os próprios imigrantes, identificando-se o

sector precarizado com os norte-africanos, essencialmente (o que dele não exclui portugueses recém-imigrados e, por maioria de razão, os clandestinos).

Mas falávamos da década de 1920-30. Aí, de facto, as inibições do racismo eram em alguns aspectos menores. Para este período a tese de Estado de G. Mauco (1932) é considerada como um marco essencial no estudo da imigração e mesmo como uma referência chave na luta contra o racismo. E contudo, ela serve-se de “inquéritos” que hoje ninguém ousaria, não digo, fazer, mas, pelo menos, divulgar. Assim aparecem nela os quadros (3 e 4) abaixo inseridos, o primeiro dos quais foi “confeccionado” numa empresa do ramo automóvel por informações provenientes de uma dezena de chefes de serviço em 1926, dizendo respeito a 5.075 estrangeiros.

O segundo quadro, que, caso inédito na época, especifica os portugueses como nacionalidade distinta dos espanhóis, refere-se a 350 estabelecimentos da metalurgia. É interessante notar que, quando a “opinião pública” ou os patrões mencionam casualmente os portugueses, é para dizer (Schor, 1985) que os nossos compatriotas são menos “vadios” que os espanhóis, mas, em compensação, são mais franzinos e menos inteligentes que os nossos vizinhos. Segundo Mauco, no respeitante à criminalidade os portugueses ocupariam, em termos relativos, a mesma posição dos italianos, posição então francamente má.

No que se refere à avaliação patronal da força de trabalho estrangeira, os indicadores recentes são, como vimos, normalmente muito mais indirectos, mas, em compensação, a opinião pública manifesta-se abundantemente sobre a estadia e a coabitação com imigrantes através de sondagens e inquéritos discutíveis mas com impacto. Assim, num inquérito da S.O.F.R.E.S. de 1985, os portugueses aparecem (já) como sendo bem aceites (SOFRES, 1985), pelo menos mais do que os antigos “pieds-noirs” da Argélia.

Será importante referir entretanto que, de facto, por uma razão ou outra, as correntes de opinião e os intelectuais franceses interessados no fenómeno da imigração tendem a fazer deslocar o seu interesse para fora da esfera do trabalho e os “anti-racistas” sublinham mesmo que concentrar hoje a atenção no local de trabalho pode contribuir para que se legitime a presença estrangeira apenas como mão-de-obra itinerante, coisa que, em regra, tende a deixar de ser ou já

não é mesmo há mais de década e meia (Sayad, 1991; Gallissot, 1985) (4).

Não será, assim, tanto o trabalho mas sim o emprego, a questão da segurança social, o alojamento, a situação nos hospitais, as questões da escolarização dos mais jovens, a criminalidade, a limpeza, a ordem e segurança, a sexualidade e a ressentida invasão dos espaços dos “nacionais” (do ruído ao comércio étnico) que são vividos como temas susceptíveis de mobilizar o racismo e, se são como tal vividos, são reais nos seus efeitos, infelizmente (5).

Tal não é a opinião da principal central sindical, a CGT, para a qual as discriminações no local de trabalho não têm sido tão analisadas como noutros domínios por razões essencialmente ideológicas (falta de interesse por parte das autoridades e da comunidade dos investigadores) (6). O “racismo patronal”, para utilizar uma expressão dos militantes sindicais, manifestar-se-ia actualmente, de uma forma “mais passiva” do que no passado, pela não contratação dos trabalhadores estrangeiros. Tudo se passa, para utilizar uma expressão mais corrente nos Estados Unidos, como se existisse um “racismo institucional” decorrente da predominância na sociedade de uma lógica do lucro.

Seja como for, a evolução dos efeitos do racismo anti-magrebino ou do anti-semitismo que é apresentada no quadro 1 é inquietante (7). Tanto mais que, segundo o relatório anual (de 1990) da Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem, nada menos do que 94% dos franceses inquiridos em Outubro de 1990 advertem que o racismo está muito espalhado ou mediamente espalhado em França, sendo apenas de 5% a percentagem dos que assim não pensam. Passou-se de um racismo “disperso” para um

(4) A expressão “anti-racista”, que designa indivíduos ou instituições que tradicionalmente combateram o racismo, adquiriu um sentido quase pejorativo em determinados meios intelectuais (e anti-intelectuais) em França.

(5) Quanto à questão de distinguir racismo de xenofobia, parece-me que esta distinção só pode banalizar a dita “xenofobia”, além de se pretender remeter para mecanismos meramente psicológicos fenómenos insusceptíveis de serem tratados apenas nesses termos.

(6) Ver “Dossier: Syndicat-immigration — les enjeux d’aujourd’hui”, “Analyses et documents économiques”, nº 44, Février 1991. A data da publicação deste artigo deve ter saído um livro sobre este tema na Harmattan com as intervenções dos convidados da CGT a um encontro sobre o mesmo tema em Novembro de 1990.

(7) O quadro é retirado do relatório “1990. La lutte contre le racisme et la xenophobie”, apresentado pela Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem ao governo francês e publicado na *Documentation Française*. Num inquérito anexo, a quota de simpatia dos povos ibéricos (conjuntamente) atingiria 90% de opiniões favoráveis para 8% de opiniões desfavoráveis. Resultados que seriam de 73% e 18% no que diz respeito aos repatriados da Argélia (“pieds-noirs”) e 50% e 42% para os norte-africanos.

racismo a nível “político”, como o designa M. Wieworka. Um factor de agravamento da situação é seguramente a própria crise do movimento operário na sua expressão sindical ou política, na medida em que ela se traduz numa perda de referências directas ou indirectas estruturantes da acção política e do próprio quotidiano. Neste sentido, Maryse Trippier chega a falar de “anomia operária” (Trippier, 1990). Mas, chegados aqui, podemos pensar: o racismo tem qualquer coisa a ver com a comunidade portuguesa, hoje?

Não serão os portugueses suficientemente “protegidos” pela polarização do racismo em torno de outras minorias residentes, como, por exemplo, os norte-africanos, que, para além do seu fenotipo mais marcado, têm — e aqui é que está o nó da questão — um velho contencioso com a antiga potência colonial em cujo território vivem (Cordeiro, 1988 e 1990)? De facto, uma boa parte da opinião pública francesa postula a boa integração dos portugueses (ou, alternativamente, a tendência destes para o regresso) para tentar mostrar que, como “prova” o exemplo português, a integração social (ou o regresso) é sempre possível para quem o deseje. Embora, contraditoriamente, também se afirme que “alguns”, mesmo se o desejassem, não poderiam integrar-se.

Mas, para além do passado, dos “bidonvilles” dos anos sessenta, nem sempre a comunidade portuguesa está livre de discriminações. Num inquérito de Abou Sada, 18% dos jovens portugueses declararam ter problemas de racismo no trabalho, enquanto Michel Oriol mostra também como eles sofrem de “sentimentos racistas” (Sada e Oriol, 1989).

Mas não faltam até trabalhos recentes a desdramatizar alguns aspectos da inserção no trabalho dos imigrantes portugueses já estabelecidos há mais de 10 ou 15 anos, mostrando como, por exemplo, a qualificação profissional dos operários tendia a aumentar tanto na metalurgia como na construção civil. Esperar-se-ia aqui uma menção à criação de empresas por parte de um bom número de imigrantes, sobretudo na construção civil e restauração, falando-se já de fortunas. Mas é necessário medir melhor a extensão deste fenómeno no que toca à sua relevância para uma comunidade de perto de um milhão de pessoas. Ainda no recenseamento de 1982, com efeito, a nossa “emigração” era, comparativamente, das mais “operárias” quanto ao seu componente masculino, faltando-lhe as categorias sócio-profissionais superiores e intermédias, estando pois pouco fornecida de potenciais “quadros” não autodidactas.

Queríamos acabar com algumas observações, a nosso ver pertinentes, sobre o que temos vindo a tratar.

Em primeiro lugar, constataremos que a des-eticização em sentido amplo de um conflito de classes reputado endógeno pode, curiosamente, corresponder a formas de hiper-eticização das relações com elementos provindos do exterior e ainda à estigmatização de fenótipos e “culturas”.

Em segundo lugar, chamaria a atenção para a ideologia que se procura inculcar nos cidadãos que emigram. Elogia-se uma natureza humana específica dos portugueses considerados como mão-de-obra dócil, diligente, flexível e adaptável a novas situações. Liga-se a partida dos emigrantes à ideia de uma nova saga das descobertas marítimas e fala-se da “diáspora” portuguesa como um autêntico sucedâneo do império ainda recentemente desmoronado. Insiste-se, assim, numa especificidade portuguesa, numa “identidade nacional”, e, de facto, o imaginário imperial, segundo vários autores (Schnapper, 1991), parece estar presente na própria maneira como os emigrantes portugueses, tal como os turcos ou os espanhóis, vivem a sua imigração e se relacionam com outros emigrantes. Estimula-se, pois, o que Balibar chama um processo de “auto-racialização”, que se repercute numa tentativa de inserção pela docilidade face aos autóctones e por uma não rara mentalidade de “pequenos brancos” perante outras minorias.

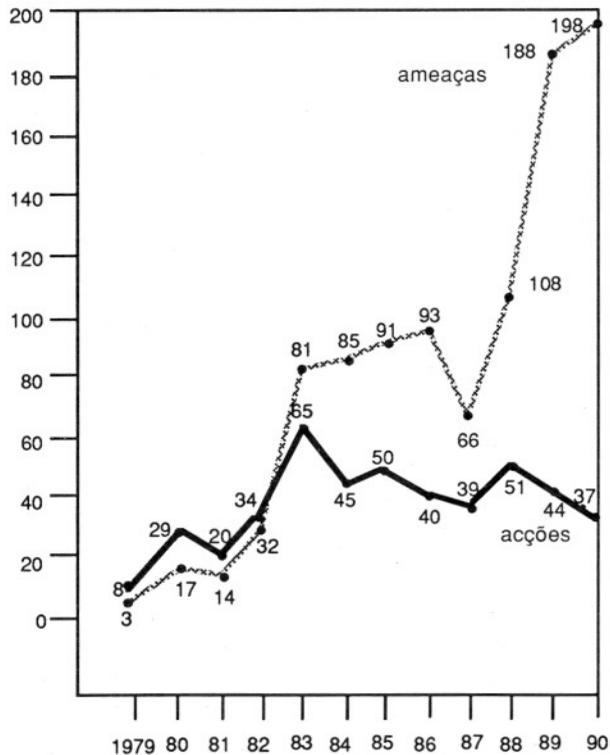
Com efeito, a auto-racialização é pouco recomendável mesmo quando se possa apoiar na vivência do próprio emigrante, que até poderá reivindicá-la. Do mesmo modo, a questão da imputação de um “perfil triunfante” ou não-triunfante à nossa emigração não deixa de ser um tema que favorece uma auto-racialização. Em terceiro lugar, devemos preparar para combater um fenómeno — o racismo — que já começa a expandir-se entre nós e que, com o inevitável aumento do número de estrangeiros, crescerá, pois o preconceito racial ou étnico não é apanágio de certos povos. Assim, a Itália descobriu recentemente, para estupefacção de muitos italianos, que era racista e não apenas “regionalista”. Em quarto lugar, urge que a questão dita da identidade cultural ou da defesa do património cultural em sentido amplo seja entendida em termos hábeis. Caso contrário, para utilizar o aviso de Michel de Certeau, “a ser tomada à letra”, a proclamada identidade seria um “sinónimo de alienação”. Uma cultura é, como uma nação, um produto da história (e das “estórias”); ela incorpora, como

dizia Renan, tanto “glórias passadas” quanto “esquecimentos”. Quanto às marcas da identidade nacional ou indicadores de etnicidade, ou seja, a história (e o mito), o território, a língua, comunidade de interesses e fenotipos, as estratégias da sua gestão são complexas e escapam à consciência dos próprios protagonistas, e isto tanto nos processos de estigmatização como nas lutas pelo reconhecimento.

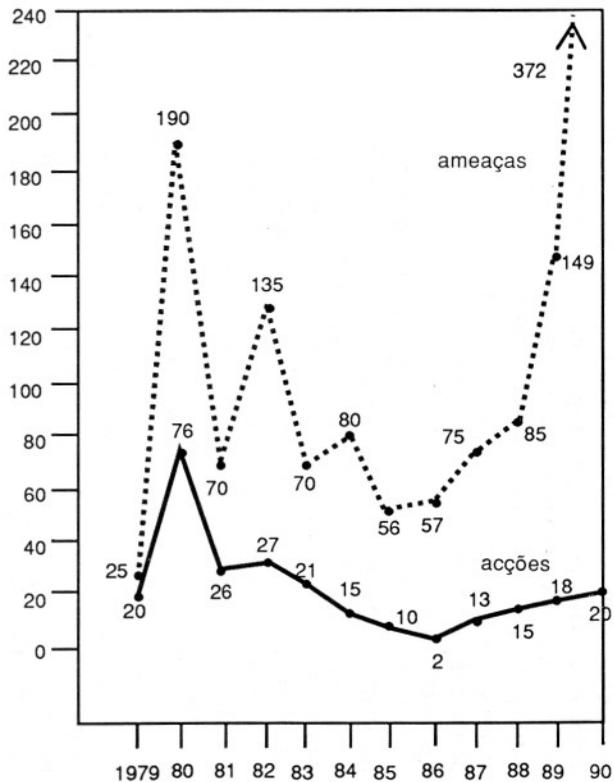
Em último lugar, as clivagens de classe não desapareceram e, em alguns casos, nem sequer esmoreceram, podendo dormir, do mesmo modo que as diferenças étnicas têm recentemente posto um fim à sua latência que se julgava definitiva. Tentamos mesmo mostrar, ao longo deste texto, como classe e etnicização são talvez duas formas de existência de um mesmo processo complexo que se relaciona com a divisão social do trabalho a nível nacional e internacional, embora não seja redutível a uma vertente económica.

E acabaríamos citando o mesmo E. Renan que há pouco referimos: “Nestas questões, o único meio de ter razão no futuro é, em certas horas, saber resignar-se a ser ultrapassado” (Renan, 1947). ■

Racismo antimagrebino



Anti-semitismo



Quadro 1

**Quadro 2**

**AGITAÇÃO DE NATUREZA XENÓFOBA EM FRANÇA  
ENTRE 1867 E 1893**

Cronologia

1867	4	1885	7
1868	2	1886	12
1869	1	1887	7
1872	1	1888	7
1875	1	1889	11
1879	2	1890	5
1880	1	1891	3
1881	4	1892	3
1882	7	1893	4
1884	7		

355

Nacionalidades visadas

Italianos	67
Belgas	11
Alemães	7
Espanhóis	2

Profissões implicadas

Operadores de escavadoras	28	Operários de pedreiras	3
Estivadores	16	Metalúrgicos	2
Mineiros	11	Operários têxteis	2
Refinadores de açúcar	5	Operários das salinas	1
Vidreiros	4	Curtidores	1
Operários da construção civil	4		

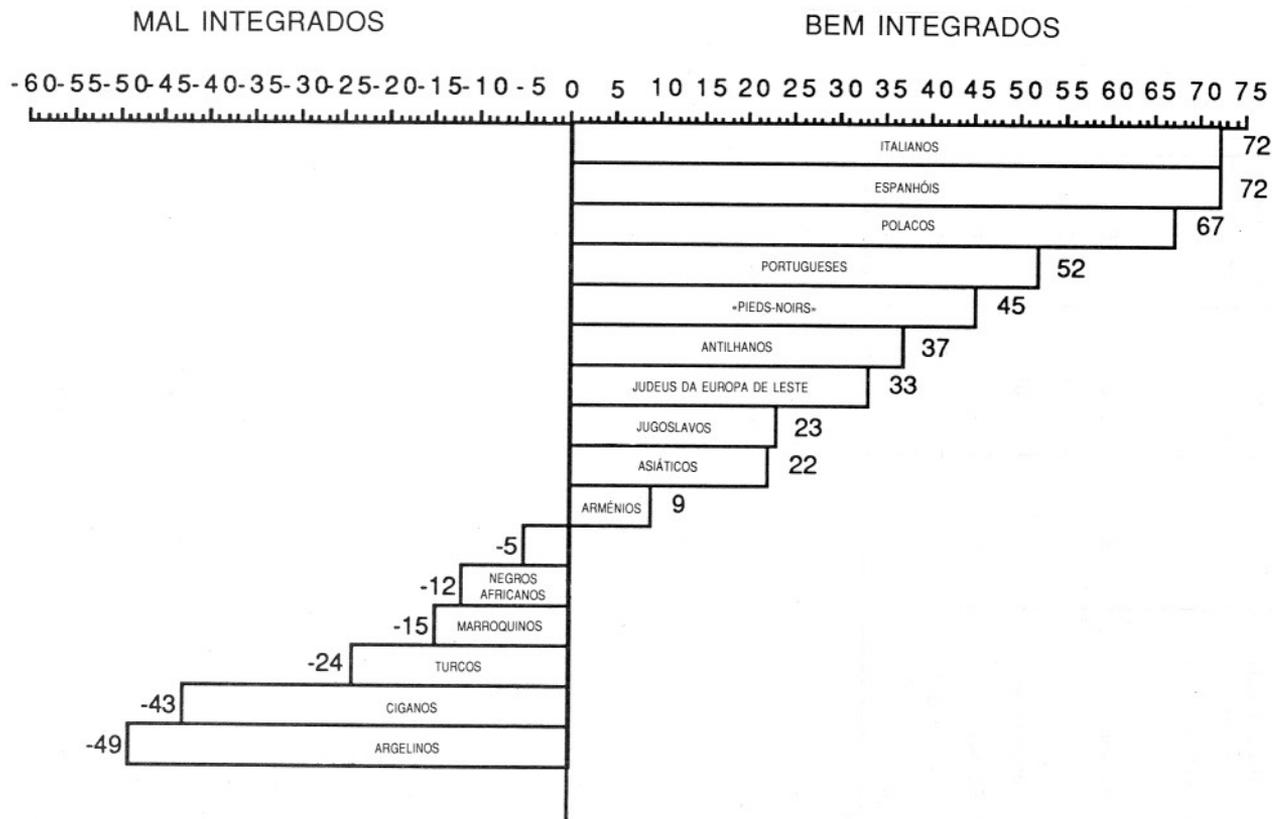
Quadro 3 — VALOR DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS SEGUNDO A SUA NACIONALIDADE (1)

Nacionalidades por ordem de valor	Número de estrangeiros	Aspecto físico	Assiduidade no trabalho	Produção diária	Produção à pesca	Mentalidade; disciplina	Grau de satisfação com esta mão-de-obra	Facilidade de compreensão da língua francesa	Média de classificação; total de pontos	Média de classificação; nota global
Belgas e Luxemburgueses	297	10	8,1	8,1	10	6,3	10	10	63	9
Suíços	109	10	7,5	8,1	9,2	8,1	8,5	8,1	59,5	8,5
Italianos	427	7,5	7,5	6,2	7,8	5,3	8,5	8,7	51,5	7,3
Checoslovacos e jugoslavos	162	8,1	6,2	6,8	7,1	6,2	8,5	4,3	47,2	6,7
Russos	991	3,7	7,5	4,3	7,8	6,8	8,5	3,1	46,7	6,6
Espanhóis e Portugueses	296	5,7	7,5	4,2	6,6	5,7	9,1	7,1	45,9	6,5
Polacos	295	8,7	6,8	6,2	3,5	6,5	5	3,1	44,8	6,4
Arménios	411	6,2	6,8	2,8	6,6	7,8	8	5,6	43,8	6,3
Chineses	212	4,3	7,1	5	8	8	8	2,1	42,5	6,1
Gregos	141	5,6	5	3,7	5,8	6,4	5,7	4,3	36,5	5,2
Árabes	1.730	1,2	4,3	1,2	3,2	2,8	4,2	3,7	20,6	2,9
	5.071									

(1) A. Patrault, *L'Immigration organisée*, 1926.

**Quadro 4**

<b>Nacionalidades</b>	<b>Bons</b>	<b>Médios</b>	<b>Insuficientes</b>
Belgas	85	15	0
Italianos	75	20	5
Espanhóis	65	30	5
Polacos	60	35	5
Portugueses	60	35	5
Russos	45	50	5
Norte-africanos	25	45	30
Diversos	40	45	10



Quadro 5

**Referências  
Bibliográficas**

- Adorno, T. *et al.* 1950 *The Authoritarian Personality*. New York, Harper and Brothers.
- Balibar, E.; Wallerstein, I. 1988 *Race nation classe: les identités ambigües*. Paris, La Découverte.
- Cordeiro, Albano 1988 "Uma Inserção Auto-Controlada: o Exemplo da Comunidade Portuguesa em França", *Cadernos de Ciências Sociais*, 7.
- Cordeiro, Albano 1990 "Le paysage politique français et l'immigration", intervenção na Universidade de Verão de "Mémoire Fertile" (Julho).
- Flem, Lydia 1985 *Le racisme*. Paris, MA Editions.
- Fromm, E. 1963 *La peur de la liberté*. Paris, Buchet-Chastel.
- Gallissot, R. 1985 *Misère de l'antiracisme*. Paris, Arcantère.
- Goffman, E. 1975 *Stigmate: les usages sociaux des handicaps*. Paris, Ed. Minuit.
- Mauco, G. 1932 *Les étrangers en France. Leur rôle dans l'activité économique*. Paris, A. Colin.
- Piore, J. M. 1979 *Birds of Passage*. New York, MIT.
- Poliakov, Léon 1955 *Histoire de l'antisémitisme*. Paris, Calmann Lévy, [4 vols. 1955, 1961, 1968 e 1977].
- Renan, E. 1947 "Qu'est-ce qu'une nation?", in *Oeuvres complètes*. Paris, Calman-Lévy.
- Sada, Abou; Oriol, Michel 1989 in B. Lorreyte, *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*. Paris, Harmattan.
- Sayad, A. 1991 *L'immigration*. Bruxelles, De Boeck-Wesmael.
- Schnapper, V. Dominique 1991 *La France de l'intégration*. Paris, Gallimard.
- Schor, Ralph 1985 *L'opinion française et les étrangers 1919-1939*. Paris, Publications de la Sorbonne.
- SOFRES 1985 *Opinion Publique*. Paris, Gallimard.
- Taguieff, P.A. 1987 *La force du préjugé*. Paris, La Découverte.
- Thompson, E.P. 1968 *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth, Pelican Books.
- Tolentino, Hugo 1984 *Origines du préjugé racial aux Amériques*. Paris, Robert Laffont.

- Trippier, Maryse      1990      *L'immigration dans la classe ouvrière en France*. Paris, Harmattan.
- Wallerstein, Immanuel      1990      *Le capitalisme historique*. Paris, La Découverte.
- Weisz, R. *et al.*      1978      *Répartition des postes et ségmentation du marché du travail. Le cas du BTP*. Aix-Marseille, Institut d'Administration des Entreprises.
- Wieviorka, M.      1991      *L'espace du racisme*. Paris, Seuil.